

Globalização e Estados Nacionais: um debate mítico

Angelita Matos Souza¹

Nesse *paper*, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre as transformações do capitalismo contemporâneo, propondo um re-enquadramento do debate sobre o futuro dos Estados nacionais diante de tais transformações². Nossa tese é que o atual debate tem partido do mito da separação entre “poder e dinheiro” para compreender a realidade atual, sendo necessário inverter os termos do debate a fim de colocá-lo “em pé”.

Nas últimas três décadas, transformações na “ordem” capitalista mundial – a denominada globalização – têm suscitado um enorme debate no campo das ciências sociais: um novo ciclo expansionista do capitalismo, neocolonialismo, ultraimperialismo, fim dos Estados nacionais, surgimento de um Estado “supranacional”, declínio da hegemonia americana etc. Evidentemente, não retomaremos aqui o conjunto das questões envolvidas neste debate, gostaríamos apenas de refletir sobre o papel dos Estados nacionais tendo em vista alguns novos e velhos (em interação com os “novos”) elementos que caracterizam a “nova ordem mundial”.

-
1. Bacharel em Ciências Sociais pelo IFCH/Unicamp; Mestre em Ciência Política pelo IFCH/Unicamp; Doutora em Economia Aplicada pelo IE/Unicamp. Professora de Ciência Política e autora do livro *Estado e dependência no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2000.
 2. Faremos aqui uma abordagem da “nova ordem mundial” a partir da leitura de alguns autores, basicamente: Bob Jessop (1998). “A globalização e o Estado nacional”. *Crítica Marxista*, São Paulo: Xamã, n.7; Michael Hardt e Antonio Negri (2003). *Império*. 5 ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Record; Immanuel Wallerstein (1996 e 1985). *O sistema mundial moderno II*. Lisboa: Edições Afrontamento e *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense; Atilio Boron. *Império & Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Não há dúvidas que assistimos, nas últimas décadas, a um intenso processo de internacionalização do capital que, em termos proporcionais, até pode não ultrapassar outros momentos históricos; não obstante, o nível de desenvolvimento das forças produtivas confere um caráter eminentemente novo à internacionalização capitalista atual. Primeiro dá-se sob a égide do capital financeiro, que exerce um poder mundial sem precedentes – possibilitado pelo nível de desenvolvimento nas áreas de informática e telecomunicações em geral. Domínio que tem se traduzido na (1) superioridade das taxas de crescimento da riqueza financeira quando comparada às taxas de crescimento do produto e do estoque de capital, com a ampliação das funções financeiras no interior das corporações produtivas e a expressiva participação dos lucros financeiros nos lucros totais destas; (2) na formação dos grandes “conglomerados de serviços financeiros” e acirrada concorrência entre eles; (3) no poder do mercado financeiro internacional, “dirigindo” as variações interdependentes das taxas de juros e câmbio no interior das formações sociais, influenciadas pela economia e moeda norte-americana.

Por sua vez, com a abertura das economias nacionais, o processo de internacionalização do capital avança por meio da incorporação das estruturas produtivas e de serviços existentes (as aquisições, fusões e incorporações de empresas já existentes são preferíveis à criação de nova capacidade produtiva). As fusões e associações estratégicas são condição de sobrevivência no mundo (dos negócios) contemporâneo, pois o acirramento da concorrência intercapitalista em termos mundiais supõe a forte concentração de capitais. O mundo “pertence” a um estrito clube de grandes empresas, localizadas no Centro, onde se encontra o comando capitalista sobre o fluxo de capitais financeiros, sobre as moedas e o progresso tecnológico. Claramente, o efeito mais perverso deste novo padrão de acumulação é o desemprego estrutural - seja em decorrência do declínio dos investimentos produtivos, seja devido aos avanços no campo na informatização (no setor de serviços e no produtivo) ou à preferência pela liquidez e pelo curto prazo (os excedentes financeiros das empresas são em geral reaplicados nos mercados financeiros).

São essas características da internacionalização do capital no mundo atual que têm orientado o debate sobre o futuro dos Estados nacionais. Estes estariam com os dias contados, seja em proveito de um Estado “supranacional” em gestação, seja porque o poder político dos Estados nacionais seria suplantado, num mundo “sem fronteiras” econômicas,

pelo poder das grandes corporações transnacionais. Nessa “nova ordem mundial”, a organização mundial com base nos Estados nacionais modernos daria lugar a um sistema político global, marcado pela descentralização e desnacionalização do poder político e econômico.

Todavia, a história recente do capitalismo tem negado a veracidade de tais idéias, na medida em que os Estados continuam contribuindo decisivamente para com o funcionamento do mercado. Sobretudo no caso dos países centrais, em especial o norte-americano, a atuação dos governos tem sido fundamental para o “bom funcionamento” dos negócios na esfera “dos mercados” - tanto no que diz respeito às intervenções locais (em socorro às empresas em insolvência financeira); como nas operações de “ajuda” financeira aos países devedores (como na crise do México em 1994, na crise asiática de 1998 e no Brasil em 1999), além dos Estados manterem um papel decisivo na disputa intercapitalista mundial pela conquista/manutenção de posições no espaço econômico periférico.

Quanto ao último aspecto, é preciso ressaltar que os processos de internacionalização realizam-se sob a dominância do capital monopolista de um determinado país - os EUA -, o que torna difícil qualquer possibilidade de surgimento de um mundo organizado sob a batuta de um Estado mundial, pois neste predominariam os interesses deste capital dominante, o que acirraria brutalmente os conflitos entre capitais imperialistas de origens diversas. Por conseguinte, a não ser que se aposte no fim da concorrência intercapitalista mundial devido à globalização (!), é difícil imaginar um Estado mundial, “acima” do poder dos Estados nacionais (em especial, “acima” do poder do Estado nacional hegemônico).

Na verdade, a idéia de que o poder político dos Estados nacionais possa ser suplantado, num mundo “sem fronteiras” econômicas, pelo poder das grandes corporações transnacionais supõe a separação entre “poder e dinheiro” que, efetivamente, jamais existiu. E a maior interpenetração dos domínios do econômico e do político, longe de implicar no enfraquecimento dos Estados Nacionais, fortalece aqueles Estados cujo capital que representa tem sólidas posições na economia mundial, aumentando a distância entre os países do Centro e os da Periferia, cujas relações continuam sendo, em grande parte, interestatais.

Ou seja, os Estados nacionais ocupam e continuarão a ocupar um papel crucial na defesa dos interesses dos seus capitalistas no cenário internacional. Prova disso é que os detentores da riqueza continuam concentrando esforços e dispensando enormes recursos às eleições de representantes tanto no Executivo como no Legislativo (Por quê o fariam se o Estado não tivesse mais força diante do poder econômico?)³. E em busca da realização dos seus interesses, poderão sempre recorrer, além de ao seu próprio Estado de origem, a outros Estados, centrais ou periféricos. É neste terreno que identificamos aspectos políticos que, embora não sejam em absoluto novos, têm se intensificado nas últimas décadas. Estamos nos referindo ao caráter cada vez mais “supranacional” dos interesses capitalistas dominantes (que compõem os blocos no poder nacionais) também nos países centrais. Também nos países centrais, pois no caso dos países periféricos e dependentes trata-se de um aspecto central e constante. O caráter “supranacional” dos interesses capitalistas que compõem os blocos no poder nacionais (e seus efeitos) é um aspecto distintivo dos Estados periféricos e dependentes (pelo menos deste que o capitalismo se transformou em Imperialismo), por causa da situação de dependência em relação aos centros econômicos dominantes⁴.

Voltando ao Centro: os Estados nacionais precisam, cada vez mais, zelar pelos interesses não apenas de seus capitais domésticos, mas também dos interesses do capital imperialista dominante – norte-americano –, na medida em que se encontram todos articulados, em menor ou maior grau, à economia norte-americana. A articulação de interesses intercapitalistas globais – fundamentalmente financeiros - no interior de cada formação social se, por um lado, reforça as relações hierárquicas entre os Estados nacionais na estrutura capitalista mundial, na medida em que os Estados nacionais dominantes atuam em bloco na defesa dos interesses do capital imperialista em geral; por outro lado, tornam mais

1. Desnecessário observar, por exemplo, que a eleição do atual presidente dos EUA está diretamente relacionada ao apoio financeiro das corporações multinacionais norte-americanas, ligadas à indústria do petróleo e armas, e que essas influenciam decisivamente as decisões políticas do governo Bush.

2. Ver a respeito: Angelita Matos Souza, *Estado e dependência no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2001.

e mais complexas as relações Estado-classes sociais no interior dos países centrais, acirrando as contradições que perpassam o Estado nacional⁵.

Por sua vez, o caráter cada vez mais “supranacional” dos interesses dominantes tem levado ao declínio da legitimidade dos Estados nacionais, intensificado a instabilidade política, “(...) tornando mais difícil o desempenho da função estatal geral de manutenção da coesão social, [pois] politiza as suas funções econômicas de tal modo que o Estado não pode continuar a se apresentar eficazmente como um árbitro neutro colocado acima das classes sociais, e intensifica genéricas crises-tendências no Estado capitalista que produzem uma crise permanente de instabilidade política e um declínio de legitimidade”⁶.

O que vem sendo apontado como enfraquecimento do poder político dos Estados nacionais. Não obstante, menos que a uma condição de “ingovernabilidade” estatal intrínseca ao mundo atual, estamos assistindo a novas configurações internas aos blocos no poder nacionais, modeladas pelo atual processo de internacionalização do capital⁷. Dito de outra forma, se o Estado capitalista parece cada vez mais o “comitê executivo” da burguesia (financeira) internacional, que o árbitro neutro colocado acima das classes sociais, isto se deve menos ao declínio de poder dos Estados nacionais que às articulações do capital financeiro internacionalizado dentro de cada Estado nacional.

Mas isto não reduz a autonomia relativa do Estado face ao capital? Depende, qual capital? Na periferia, a forte presença do capital estrangeiro tem servido, em geral, ao fortalecimento do poder do Estado diante de frações dominantes locais, em proveito dos interesses locais mais articulados aos do capital financeiro internacional. Neste aspecto, os Estados capitalistas dominantes se parecem cada vez mais com os Estados periféricos e dependentes. Assim, se o termo *brasilianization* tem sido usado como sinônimo de globalização, para indicar o aumento da distância entre ricos e pobres, seja entre os países seja no interior de cada país, pode também ser aproveitado para indicar as transformações

3. Acirramento das contradições entre o grande capital monopolista nacional e/ou estrangeiro e o capital nacional não monopolista - por exemplo, como temos visto na França, onde a disputa entre frações do capital local tem assumido um caráter nitidamente antiamericanista.

4. Bob Jessop, op. cit., p. 22.

5. Idem, Ibid., p.22.

no âmbito dos Estados capitalistas em geral: estão todos cada vez mais parecidos com o Estado brasileiro.

Não obstante, a despeito de aproximações que possam ser feitas, diferenças cruciais sobrevivem. O Estado das nações dominantes, por mais que assuma a responsabilidade de defesa, externa e internamente, dos interesses não apenas dos seus próprios capitais, com base nacional, mas também de interesses dos capitais de origem estrangeira, ele continua desempenhando o papel, por excelência, de defesa de um posicionamento competitivo dos seus capitais no espaço econômico nacional e internacional, inclusive quando atrai investimentos externos assegurando vantagens à penetração estrangeira; quer dizer, a defesa de interesses “forâneos” deve se articular ao objetivo maior de fortalecimento do capital local (ou frações deste), de reprodução da sua posição dominante no cenário internacional. Coisa bem diferente se passa no caso de Estados dos países periféricos e dependentes. Nestes casos, a globalização tem tido o efeito de reforçar a subordinação do Estado aos interesses do capital financeiro internacional.

A verdade é que o atual processo de internacionalização do capital, longe da homogeneização dos Estados Nacionais, tem é reforçado, no plano político, a acalentada e constantemente lograda “divisão de tarefas” no processo de acumulação capitalista mundial. Os Estados dominantes têm defendido com mais afinco o seu capital frente a outros competidores no mercado mundial, ao mesmo tempo em que os Estados periféricos e dependentes se esmeram em garantir a expansão dos interesses do capital estrangeiro no espaço econômico periférico. Além disso, a exportação-importação de capitais entre os países centrais (sobretudo para a potência hegemônica), em hipótese alguma se traduz em ingerência externa sobre a política do país importador, nos termos em que ocorre quando o país importador de capitais pertence à lista dos países pobres, periféricos e dependentes. Não obstante, as transformações no interior dos Estados Nacionais têm reduzido a dimensão “pública” da esfera estatal também nos países centrais. A ideologia da separação entre o político e o econômico (entre poder e dinheiro) apresenta-se pelo avesso, mostrando sua verdadeira face no capitalismo atual. Isto é, se enfraquecimento político houve com o fenômeno da globalização este diz respeito às classes assalariadas de todo o mundo e, quanto à periferia do capitalismo, nunca, como no mundo atual, o mito do desenvolvimento econômico pareceu tão inatingível.

Em resumo, se a redução da esfera pública dos Estados nacionais avança, em maior ou menor grau, tanto no Centro como na Periferia, o caráter cada vez mais “supranacional” dos interesses que compõem os blocos no poder nacionais produz efeitos radicalmente diferentes sobre os Estados nacionais, segundo a posição destes no sistema capitalista mundial. Dessa perspectiva, pode ser elucidativa a metáfora da orquestra tradicional à reflexão sobre o sistema mundo atual: cada país “na orquestra” tocaria um instrumento, mas o melhor percussionista do mundo não se equivaleria a um bom violinista. O mais triste é que qualquer função (por mais distante que seja dos músicos e maestro) é melhor do que não ter função alguma, pois no concerto das nações a exclusão tem sido mais dura que a inclusão. O movimento de internacionalização capitalista no mundo contemporâneo, longe de abarcar um número cada vez maior de países, ocorre de forma muito mais exclusiva que em outros momentos históricos, sobretudo tendo em vista que nos dias de hoje o nível de desenvolvimento científico-tecnológico permitiria uma inclusão sem precedentes.

Não obstante, abrindo para a conclusão, indicaremos uma hipótese “especulativa” sobre as possibilidades futuras de transformação qualitativa do “capitalismo especulativo”: acreditamos que as relações mais estreitas entre poder e dinheiro implicarão indubitavelmente em crises de hegemonia (não nos referimos a suposta crise da hegemonia mundial norte-americana, mas às crises de legitimação no interior de cada formação social), abrindo novas oportunidades para o avanço dos movimentos sociais identificados à luta pela transformação social, por meio da resistência à destruição da dimensão pública dos Estados Nacionais e precarização das condições de vida dos trabalhadores. Mas tudo depende dos rumos Política, avanços nos movimentos de resistência dependem da capacidade das classes dominadas em (re)construir formas de organização política capazes de superar manifestações, mais ou menos espontâneas, “da multidão” (no sentido de “manada”) que refletem o empobrecimento das formas de organização política das massas trabalhadoras diante do “capitalismo sem peias”. Dessa perspectiva, é que gostaríamos de concluir abordando rapidamente a obra de dois autores, teoricamente, comprometidos com a transformação qualitativa do mundo atual: *Império*, de Antonio Negri e Michael Hardt.⁸

6. Ver Michael Hardt e Antonio Negri, op. cit.. Ainda que a obra dos autores já tenha sido devidamente criticada por inúmeros cientistas sociais, optamos por sua abordagem por considerarmos a expressão máxima do conteúdo mítico envolvendo o tema

A obra não deixa de ser uma leitura intrigante, que dividiríamos em dois pólos, o positivo e o negativo. No primeiro, ao tratarem da “genealogia do conceito de soberania”, os autores, numa perspectiva “desde fora” da problemática da nação/nacionalismo, demonstram claramente como a construção do Estado nacional moderno corresponde ao projeto “contra-revolucionário” das classes dominantes – em especial, da burguesia em ascensão -, ilustrando os efeitos conservadores de idéias míticas, como “povo-nação”, sobre os movimentos revolucionários das classes dominadas ao longo do processo de construção do mundo moderno (confirmando a importância do Estado nacional no exercício da dominação capitalista e da luta política visando o controle dos Estados nacionais). No pólo oposto, de uma perspectiva “desde dentro” da problemática da globalização, os autores introduzem o conceito de Império, em oposição ao de Imperialismo, confirmando todas as idéias míticas envolvidas no debate sobre a globalização que refutamos até aqui, especialmente no que diz respeito ao papel dos Estados nacionais no mundo atual.

Para os autores, “o imperialismo acabou” e a nova “ordem mundial” caminha no sentido da desapareição dos Estados nacionais modernos, dando lugar à formação de um sistema político global, marcado pela descentralização e desterritorialização, “que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão”. Neste sistema, “os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista”⁷. E onde não há imperialismo, não pode haver antiimperialismo. De fato, para os autores, é chegada a hora do fim das lutas de caráter nacional/nacionalistas, em prol de avanços na conformação do Império, que traz como contra-face o poder da multidão: o coveiro do capital, no futuro idealizado por Negri e Hardt. Como? Nem eles sabem, o livro é um libelo ao espontaneísmo das massas, imprevisível nas formas, mas irreversível no conteúdo teleológico.

do futuro dos Estados nacionais. Sobre críticas ao livro de Hardt e Negri, ver Atilio Boron, op. cit. Este trabalho constitui a crítica mais contundente e completa que lemos a respeito da obra de Hardt e Negri; mas citaríamos também James Petras, “Imperialismo versus Império”[www.laberinto.uma.es/articulos.htm (feb. de 2002)] e John Bellamy Foster, “Imperialism and Empire” [www.monthlyreview.org/1201jbf.htm].

7. Negri e Hardt, op. cit., p.14.

O problema é que o “conceito” de multidão dos autores é tão vago quanto a idéia de “vontade geral” que animou a construção do Estado nacional moderno e, como o Império está em toda parte e em lugar nenhum - não há um centro imperial contra o qual lutar -, a “multidão” não pode ir a lugar algum¹⁰. Neste sentido, numa conjuntura marcada pela regressão liberal-conservadora, na qual o fortalecimento do poder político das classes dominantes é inversamente proporcional ao enfraquecimento político das classes trabalhadoras, a obra de Negri e Hardt, ao substituir velhos “mitos” (em torno do Estado-nação) por novos (em torno da globalização), presta um desserviço à crítica e resistência à expansão de uma ordem social cada vez mais desumana e desigual. Melhor dizendo, a crítica que faz apologia da ordem vigente não é negativa e, no contexto atual, a retomada dos velhos mitos – em torno das idéias de Estado nacional soberano, representante do povo-nação, da vontade geral, etc. - seria, seguramente, mais produtiva no acirramento dos conflitos, no interior dos Estados nacionais, que podem contribuir para com a transformação qualitativa (ou superação) do capitalismo.

É interessante retomar a tentativa de Atílio Boron de compreender o que teria levado um personagem como Antonio Negri, em especial, às teses defendidas na obra em questão. A partir do diálogo entre dois textos, um de Terry Eagleton e o outro, mais antigo, de Perry Anderson¹¹. Do primeiro texto, retira o que Eagleton denominou de “pessimismo libertário”, no qual o sistema capitalista aparece como onipotente e avassalador; mas libertário porque este tipo de pensamento ainda sonha com a superação do sistema, “sem que isto implique em identificar agentes de carne e osso capazes de colocar em prática tais fantasias”¹². Não há dúvidas que o texto de Hardt e Negri insere-se nessa trajetória, mas, ainda mais, no movimento identificado por Perry Anderson, de inversão da trajetória de desenvolvimento intelectual do próprio Marx e de aproximação com a “cultura burguesa”. Retomando Anderson, escreve Boron:

8. Nas palavras dos autores: “(...) No espaço liso do Império, não há lugar de poder – ele está ao mesmo tempo em todos os lugares e em lugar nenhum”. Idem, Ibid., p.210.

9. Atílio Boron, op. cit.. Os textos de Eagleton e o de Anderson são: “Where do postmodernists come from”. In: Ellen M. Wood e John B. Foster (orgs.). *Defense of History*. New York: Monthly Review Press, de Terry Eagleton (1997); e *Considerations on Western Marxism*. London: New Left Books, de Perry Anderson (1976). O texto de Eagleton se reporta ao período recente, após a derrubada do Muro de Berlim e Anderson ao período do entre guerras.

10. Boron, op. cit. , p. 128.

Se o fundador do materialismo histórico passou da filosofia para a política, e depois para a economia política, a tradição do “marxismo ocidental” inverteu esse percurso e rapidamente buscou refúgio – tanto dos rigores da derrota da revolução nas mãos do fascismo quando das frustrações que brotavam de seu “triunfo” e consolidação na URSS – nas regiões mais recônditas da filosofia. (...) Ao retroceder no caminho de Marx, em vez de aprofundá-lo e continuar avançando, a reflexão filosófica e epistemológica voltou a ocupar o centro da cena, eclipsando por completo as preocupações políticas, econômicas e históricas do fundador. Esta reorientação para o filosófico e o metafísico, que se percebe claramente na leitura de Império, vai acompanhada por outro traço que Anderson assinalou como uma das marcas distintivas do marxismo ocidental do período entre guerras: o esoterismo da linguagem e sua inacessibilidade exceto para os já iniciados.(...) sintomas que também reaparecem na obra de H&N: uma linguagem desnecessariamente abstrusa e intrincada. (...) [sobre a aproximação com a “cultura burguesa”, escreve Boron] compilando uma lista dos autores discutidos por H&N, poucos, muitos poucos, têm a ver com algumas das grandes lutas protagonizadas pelas classes e setores populares nos últimos vinte anos.¹³

A partir das considerações acima, Atílio Boron vai inserir *Império* no itinerário do denominado “marxismo da derrota”, que assim resumiríamos: marcado pela “traição histórica” representada pelo “socialismo real” e pela recusa das teorias revolucionárias que o originaram, aposta no “espírito libertário” que, por si só, conduzirá à fraternidade universal e à transformação social¹⁴.

Infelizmente, todos sabem que não será assim. Portanto, o que o pensamento crítico tem por obrigação denunciar é que a “nova” ordem mundial segue sendo um sistema hierárquico de Estados nacionais com centro hegemônico; que não existe nenhum Estado “supranacional” ou Império em formação (absorvendo e dissolvendo os Estados nacionais); que, sob a

11. Boron, op. cit. , p. 129-132.

12. “Marxismo da derrota”, com boas doses de “franciscanismo” (aliás, Hardt e Negri recorrem a São Francisco de Assis), ao qual poderíamos inserir várias obras, entre elas uma mais recente: *Mudar o mundo sem tomar o poder*, de John Holloway (2003). Embora menor - 320 páginas contra as quase 500 de *Império* -, a leitura deste livro é muito mais aborrecida, devido ao conteúdo muito mais esotérico. O lugar que a “multidão” ocupa no livro de Hardt e Negri, sendo aqui ocupado pelo “grito” (da multidão).

hegemonia norte-americana, as transformações recentes da ordem mundial exponenciam as características da dominação imperialista sobre o mundo. E, mais, não é possível “mudar o mundo sem tomar o poder” (de fato e/ou pressionando duramente sobre ele), nem visualizar qualquer “crise terminal” do modo de produção capitalista - que pressupõe uma crise revolucionária inexistente. Pelo contrário, em estado terminal estão os esquecidos do sistema, as finanças públicas dos Estados dominados (obrigados a superávits cada vez maiores), os movimentos dos trabalhadores em todas as partes do globo, perplexos e sem ação diante do avanço do desemprego, das desigualdades sociais e da precariedade das condições atuais no mundo do trabalho. Em estado terminal se encontra o “pensamento crítico” que embarca o discurso hegemônico em torno da globalização. Verdades essas que, justiça seja feita, a repercussão do livro de Hardt e Negri, por meio das críticas que levantou, contribuiu por difundir.